



POÇOS DE CALDAS

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.532.971/0001-94



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2020.

1) A COMPANHIA

A PCTE é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1512, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais, localizadas em Araporã no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

| | |
|---------------------------------|---------|
| Extensão de linhas em km: | 300,43 |
| Tensão em kV: | 500/440 |
| Subestações próprias/acessadas: | 4 |

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita: O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 43.676.150 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021 e R\$ 42.862.113 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. **3.2) Desempenho econômico-financeiro:** Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2020 e 2019 são:

| | 2020 | 2019 |
|--|--------------|--------------|
| • Liquidez geral | 1,07 | 1,36 |
| • Liquidez corrente | 2,50 | 1,48 |
| • Relação patrimônio líquido/ativo | 6,98% | 26,28% |
| • Relação passivo não circulante/ativo | 83,62% | 61,94% |
| • Rentabilidade do patrimônio líquido | -284,32% | -18,32% |
| • Relação lucro operacional/patrimônio líquido | 51,93% | 13,27% |
| Ativos totais - R\$ | 272.424.512 | 277.929.660 |
| Prejuízo do exercício - R\$ | (54.035.954) | (13.378.606) |

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem-Estar

foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto à Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

| Ativo | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|------|--------------------|--------------------|
| Ativo circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 23.485.656 | 11.581.929 |
| Concessionárias e permissionárias | 6 | 4.858.795 | 4.434.148 |
| Contas a receber - partes relacionadas | 24 | 1.281.049 | 349.271 |
| Estoques | 7 | 1.851.222 | 848.241 |
| Adiantamento a fornecedores | | 223.509 | 293.113 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | | 611.502 | 467.972 |
| Outros impostos a recuperar | | 9.637 | 9.606 |
| Ativo de contrato | 8 | 31.124.818 | 29.975.976 |
| Outros ativos circulantes | | 610.061 | 351.526 |
| | | 64.056.249 | 48.311.782 |
| Ativo não circulante | | | |
| Ativo de contrato | 8 | 202.487.673 | 223.871.872 |
| Outros ativos não circulantes | 9 | 5.152.560 | 4.912.440 |
| Imobilizado | 10 | 726.972 | 823.891 |
| Intangível | | 1.058 | 9.675 |
| | | 208.368.263 | 229.617.878 |
| Total do ativo | | 272.424.512 | 277.929.660 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

| Passivo | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|------|--------------------|--------------------|
| Passivo circulante | | | |
| Fornecedores - terceiros | | 309.836 | 608.320 |
| Fornecedores - partes relacionadas | 24 | 1.650.902 | 1.017.642 |
| Empréstimos - partes relacionadas | 11 | 19.357.182 | 26.634.236 |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | | 331.006 | 622.912 |
| Outros impostos a pagar | | 584.334 | 685.763 |
| Taxas regulamentares | 12 | 1.994.255 | 1.786.409 |
| Outros passivos circulantes | 13 | 1.383.096 | 1.390.966 |
| | | 25.610.611 | 32.746.248 |
| Passivo não circulante | | | |
| Empréstimos - partes relacionadas | 11 | 206.443.513 | 148.536.939 |
| Outras provisões - compensação ambiental | 14 | 181.860 | 1.232.708 |
| Provisão contingências | 15 | 97.088 | 135.038 |
| Impostos diferidos | 15 | 15.722.121 | 17.016.300 |
| Outros passivos não circulantes | 16 | 5.363.663 | 5.219.917 |
| | | 227.808.245 | 172.140.902 |
| Patrimônio líquido | 17 | | |
| Capital social | | 233.350.000 | 233.350.900 |
| Prejuízo acumulado | | (214.344.344) | (160.308.390) |
| | | 19.005.656 | 73.042.510 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 272.424.512 | 277.929.660 |

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

| | Capital social | Prejuízo acumulado | Total |
|--|--------------------|----------------------|-------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado) | 208.350.900 | (146.929.784) | 61.421.116 |
| Aumento de capital conforme AGE de 16 de julho de 2019 | 25.000.000 | - | 25.000.000 |
| Prejuízo do exercício | - | (13.378.606) | (13.378.606) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 233.350.900 | (160.308.390) | 73.042.510 |
| Ajuste de capital de acordo com o estatuto | (900) | - | (900) |
| Prejuízo líquido do exercício | - | (54.035.954) | (54.035.954) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 233.350.000 | (214.344.344) | 19.005.656 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|---------------------|---------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Prejuízo antes dos impostos | (53.118.940) | (11.643.879) |
| Itens de resultado que não afetam o caixa | | |
| Juros e variações monetárias dos empréstimos | 59.850.577 | 22.931.656 |
| Depreciação e amortização | 146.919 | (19.292) |
| Provisão para perda de crédito esperada | (523) | (13.181) |
| Provisão para compensação ambiental | 267.283 | (233.373) |
| Provisão para contingências | (37.951) | 93.688 |
| Atualização monetária | 143.747 | 292.954 |
| (Aumento) redução nos ativos | | |
| Concessionárias e permissionárias | (424.125) | (128.166) |
| Contas a receber | (931.778) | (158.858) |
| Ativo de contrato | 20.235.357 | 15.696.351 |
| Estoques | (1.002.981) | - |
| Impostos a recuperar | (143.561) | 900.915 |
| Adiantamentos a fornecedores | 69.604 | 15.339 |
| Outros ativos | (498.655) | (4.786.440) |
| Aumento (redução) nos passivos | | |
| Fornecedores | 334.776 | 561.858 |
| Tributos e contribuições sociais | (900.489) | (1.297.918) |
| Impostos pagos | (1.704.038) | (1.181.657) |
| Juros pagos | (9.221.057) | (14.685.629) |
| Taxas regulamentares | 207.846 | 166.173 |
| Compensação ambiental | (1.318.131) | - |
| Outros passivos | (7.870) | 77.050 |
| Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais | 11.946.010 | 6.587.591 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Aquisição de imobilizado e intangível | (41.383) | (162.641) |
| Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento | (41.383) | (162.641) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Aumento/(Redução) de capital | (900) | 25.000.000 |
| Empréstimos pagos | - | (26.932.381) |
| Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamento | (900) | (1.932.381) |
| Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa | 11.903.727 | 4.492.569 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 11.581.929 | 7.089.360 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 23.485.656 | 11.581.929 |

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

| | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|------|---------------------|---------------------|
| Receita operacional líquida | 18 | 22.573.109 | 24.550.555 |
| Custo de construção e operação | 19 | (7.392.158) | (10.275.206) |
| Lucro bruto | | 15.180.951 | 14.275.349 |
| Despesas gerais e administrativas | 20 | (4.137.305) | (3.947.156) |
| Outras despesas operacionais líquidas | | (1.173.553) | (637.674) |
| Lucro antes do resultado financeiro | | 9.870.093 | 9.690.519 |
| Resultado financeiro | 21 | (62.989.033) | (21.334.398) |
| Receita financeira | | 40.584.080 | 38.898.862 |
| Despesa financeira | | (103.573.113) | (60.233.260) |
| Resultado antes dos impostos sobre o lucro | | (53.118.940) | (11.643.879) |
| Imposto de renda e contribuição social | 23 | (917.014) | (1.734.727) |
| Prejuízo do exercício | | (54.035.954) | (13.378.606) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|---------------------|---------------------|
| Prejuízo do exercício | (54.035.954) | (13.378.606) |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Total de resultados abrangentes | (54.035.954) | (13.378.606) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1512, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais, localizadas em Araporã no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia iniciou suas operações em 21 de maio de 2009 e 01 de julho de 2009 tem por objeto a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** A Cobra Instalaciones y Servicios S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2006, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 3 de abril de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 4 de abril de 2007. No dia 20 de abril de 2007, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 002/2007-ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em: (i) Instalações de transmissão em 500/440 KV, composta pela linha de transmissão 500 KV com origem na Subestação Jaguará e término na Subestação Estreito, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 53 km; pela linha de transmissão 500 KV com origem na Subestação Estreito e término na Subestação Ribeirão Preto, ambas no Estado de São Paulo, com circuito simples e com extensão aproximada de 118 km; e pela linha de transmissão 500 KV com origem na Subestação Ribeirão Preto com autotransformadores com transformação 500/440 KV, no Estado de São Paulo e término na Subestação Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 137 km. (ii) Entradas de linhas 500 KV na Subestação Jaguará, 500 KV na Subestação Estreito pela interligação de barras, 500 KV na Subestação Ribeirão Preto por reatores de barra, autotransformadores com transformação 500/440 KV e interligação de barra e 500 KV na Subestação Poços de Caldas e respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A RAP foi determinada em aproximadamente R\$23.430.000 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 42.862.113 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 43.676.150 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021. A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **1.3. Coronavírus (COVID-19): Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde. **Medidas de assistência governamental:** Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, as quais foram adotadas pelas companhias do Grupo, com destaque para as seguintes: (i) Postergação do recolhimento do PIS e da COFINS, assim como da contribuição previdenciária relativos às competências de abril e maio para os meses de agosto e outubro de 2020. (ii) Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de março, abril e maio, o qual deverá ser pago a partir de julho e poderá ser parcelado em até seis vezes, de

julho até dezembro de 2020. (iii) Redução das alíquotas das contribuições de serviços sociais autônomos no período compreendido entre abril e junho de 2020. (iv) Prorrogação dos prazos para a entrega das obrigações acessórias, como DCTF e EFD, entre outras. A maior parte dessas medidas, apuradas até a emissão deste relatório, tem caráter temporário e servirá para mitigar possíveis impactos da pandemia nos próximos três meses, em média. Por esse motivo, não produzem alteração no caixa ou no capital circulante líquido da Companhia no exercício de 2020. **Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade:** A Companhia decidiu adotar algumas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Entre essas medidas, destacam-se as seguintes: (i) Adoção de trabalho em casa para seus funcionários, para evitar deslocamento e risco potencial de contágio; (ii) Implementação do Protocolo COVID-19 de Condição e Comportamento de Trabalho Seguro, que estabelece diretrizes para proteger as pessoas em cada local de trabalho e ambientes, veículos, atividades e viagens; (iii) Webinar de Retorno de Trabalho Seguro aplicado a todos os funcionários, a fim de compartilhar as novas regras e rotinas a serem aplicadas a nível da empresa; (iv) Retorno de Trabalho Seguro aplicado em 3 fases para retorno do escritório do Rio; (v) Para reduzir a exposição ao risco de contágio dos empregados que utilizam o transporte público e puderam retornar ao trabalho no Rio Office, a empresa disponibilizou transporte individual gratuito para os que necessitam; (vi) Adoção de novos testes confiáveis e indolores conhecidos como RT-Lamp; (vii) Testes preventivos de rotina em massa aplicados aos funcionários para identificar precocemente a infecção da COVID-19 e prevenir contágio posterior a outros funcionários, terceiros e sociedade; (viii) Testes de rotina aplicados a casos suspeitos; (ix) Intensificação das rotinas de limpeza e higienização de todas as unidades de trabalho; (x) Sinalização informativa aplicada a todas as unidades; (xi) Distanciamento social aplicado em escritórios, veículos, atividades, treinamentos, restaurantes; (xii) Fornecer EPI adequado e reforçar a necessidade de seu uso correto; (xiii) Intensificação da higienização e higienização das mãos com álcool 70°. **Impacto nas demonstrações financeiras:** No exercício de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de: (i) Deficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como deficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA); (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações; (iii) Postergação do pagamento de parcelas de principal e juros de empréstimos de mútuo (Intercompany) que empresas do grupo contrataram com a sua acionista SGID. Os impactos no ano de 2020 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da empresa que impactaram o Fluxo de Caixa. No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Nos primeiros meses do ano esta conta registrou perdas, que, no entanto, foram parcialmente compensadas nos meses do segundo semestre do ano, gerando baixo impacto, ainda que negativo, no acumulado do ano de 2020. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 1,9% da RAP.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior e foram autorizadas pela Administração em 30 de março de 2021. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da

atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:**



POÇOS DE CALDAS

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.532.971/0001-94



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. **Ativo de contrato:** A partir de 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadradas nas transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventuais mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos: Impostos sobre serviços prestados:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia

elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. **a) Ativos financeiros:** Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **b) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15 Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16 Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

| | |
|--|--------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 253.847.848 |
| Receita de O&M | 15.361.773 |
| Receita de remuneração | 10.739.283 |
| Recebimentos | (45.331.055) |
| Imobilizado em curso | (1.005.358) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | <u>233.612.491</u> |
| Circulante | 31.124.818 |
| Não circulante | 202.487.673 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 269.544.198 |
| Receita de construção | 459.084 |
| Receita de O&M | 14.799.475 |
| Receita de remuneração | 11.535.564 |
| Recebimentos | (43.495.831) |
| Imobilizado em curso | 1.005.358 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | <u>253.847.848</u> |
| Circulante | 29.975.976 |
| Não circulante | 223.871.872 |

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: **•** O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. **•** O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. **•** Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. **•** O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

9. OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|----------------------------------|------------------|------------------|
| Depósitos judiciais trabalhistas | 19.342 | 19.342 |
| Depósitos judiciais fiscais | 468 | 468 |
| Reembolsos (i) | <u>5.132.750</u> | <u>4.892.630</u> |
| | 5.152.560 | 4.912.440 |

(i) Valor refere-se a reembolso para as contingências fiscais apresentadas como prováveis conforme firmado no contrato de compra e venda, onde a Companhia comprometeu-se a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas nos termos e condições previstos no Contrato.

10. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, estão demonstrados conforme segue:

| | 31/12/2019 | Adições | Baixas | Depreciação | 31/12/2020 |
|-------------------------|------------------|--------------------------|--------|-------------|------------------|
| Máquinas e equipamentos | 1.355.875 | 80.342 (32.070) | - | - | 1.404.147 |
| Outros | 15.209 | - (9.837) | - | - | 5.372 |
| Custo | 1.371.084 | 80.342 (41.907) | - | - | 1.409.519 |
| (-) Máq. equipamentos | (547.193) | - 1.890 (137.244) | - | - | (682.547) |
| (-) Depreciação | (547.192) | - 1.890 (137.244) | - | - | (682.547) |
| | 823.891 | 80.342 (40.017) | - | - | 726.972 |

11. EMPRÉSTIMOS:

a) Total da dívida:

| Descrição | Venci-mento | | Garan-tidor | Encargos | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|-------------|-------|-------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Início | mento | | | | |
| State Grid International Development Limited (SGID) nov/14 dez/28 | | | N/A | Livor + 2,85% a.a. | 225.800.695 | 175.171.175 |
| | | | | | 225.800.695 | 175.171.175 |
| Circulante | | | | | 19.357.182 | 26.634.236 |
| Não circulante | | | | | 206.443.513 | 148.536.939 |
| | | | | | 225.800.695 | 175.171.175 |

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

| Financiador | Saldo inicial | | Juros, variação monetária e cambial | | Novas Liquidações captadas | | Saldo final | |
|---|--------------------|-------------------|-------------------------------------|------------|----------------------------|------------|--------------------|--------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 |
| State Grid International Development Limited (SGID) | 175.171.175 | 59.850.577 | (9.221.057) | - | - | - | 225.800.695 | 175.171.175 |
| Total | 175.171.175 | 59.850.577 | (9.221.057) | - | - | - | 225.800.695 | 175.171.175 |
| State Grid International Development Limited (SGID) | 193.857.529 | 22.931.656 | (14.685.629) | - | (26.932.381) | - | 175.171.175 | 175.171.175 |
| Total | 193.857.529 | 22.931.656 | (14.685.629) | - | (26.932.381) | - | 175.171.175 | 175.171.175 |

Em 17 de novembro de 2014, junto à SGID foi contratado um empréstimo ao custo de Livor + 2,85% a.a. e no montante de USD 70.800.011,09, correspondente a R\$ 184.257.028,87, com pagamentos de principal e juros em 23 parcelas semestrais iniciando-se em 20 de dezembro 2014 e com vencimento final em 04 de setembro de 2025. Em 2017, devido ao baixo caixa, a empresa optou por não pagar o valor do principal que venceu em junho. Na ocasião foi pago apenas os juros devidos. Para evitar situações similares futuras, decidiu-se alterar a curva de amortização. Com isso, o novo vencimento final deste empréstimo passou a ser na data de 20 de dezembro de 2028. Em dezembro do mesmo ano, a empresa já voltou a pagar o principal e juros conforme estipulado no contrato com a nova curva de amortização. No ano de 2019, a empresa pagou principal e juros nos meses de setembro e dezembro conforme estipulado no contrato. Em 2020 somente foi efetuado o pagamento dos juros. Para o pagamento do principal, devido à crise econômica causada pela COVID-19, e com base no contrato de empréstimo onde diz que a Concessionária tem o direito de decidir se pagará ou não os empréstimos nas datas de vencimento, dependendo da situação financeira e operacional da empresa, estamos revendo nossas estratégias para os próximos anos. Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros, e nem ativos dados em garantia. c) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):

| | Amortização |
|-------------|--------------------|
| 2022 | 19.132.174 |
| 2023 | 19.132.174 |
| 2024 | 14.717.057 |
| 2025 | 14.717.057 |
| 2026 - 2028 | 138.745.051 |
| | 206.443.513 |

12. TAXAS REGULAMENTARES

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|------------------|------------------|
| Reserva global de reversão (RGR) (i) | 53.640 | 49.868 |
| Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii) | 302.517 | 301.915 |
| Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii) | 1.638.098 | 1.434.626 |
| | 1.994.255 | 1.786.409 |

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 14 de agosto de 2020, através do Despacho nº 2.403 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativos às competências de julho de 2020 a junho de 2021 de R\$ 105.099. (ii) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 28 de julho de 2020, através do Despacho nº 2.212 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual

31/12/2020 31/12/2019

Caixa 907 1.363

Bancos 499.438 530.696

Aplicações financeiras 22.985.311 11.049.870

23.485.656 11.581.929

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 100,99% do CDI.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

31/12/2020 31/12/2019

A vencer 4.248.962 3.743.465

Vencidas até 30 dias 2.029 19.214

Vencidas até 60 dias 1.422 4.459

Vencidas até 90 dias 812 4.260

Vencidas há mais de 90 dias 645.335 703.038

4.898.560 4.474.436

(39.765) (40.288)

4.858.795 4.434.148

Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE)

Em função do alto giro das concessionárias e permissionárias, não se fazem necessários ajustes a valor presente. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

31/12/2020 31/12/2019

Saldo em 1º de janeiro (40.288) (53.469)

Reversão 25.965 13.181

Complemento de provisão (25.442) -

Saldo em 31 de dezembro **(39.765) (40.288)**

7. ESTOQUE

31/12/2020 31/12/2019

Almoxarifado de manutenção e operação (i) 1.851.222 848.241

1.851.222 848.241

(i) As peças de almoxarifado são consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do ano, podendo existir uma reclassificação anual de uma estimativa de O&M para ajuste de curto e longo prazo.

8. ATIVOS DE CONTRATO

31/12/2020 31/12/2019

Circulante 31.124.818 29.975.976

Não circulante 202.487.673 223.871.872

233.612.491 253.847.848

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 está assim apresentada:

continua



POÇOS DE CALDAS

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.532.971/0001-94



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

para a TFSEE relativas às competências de julho de 2020 a junho de 2021 de R\$ 165.947. **(iii) P&D:** Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela Taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

13. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--------------------|------------------|------------------|
| Provisão de Férias | 786.408 | 733.397 |
| Provisão de Bônus | 478.831 | 465.315 |
| Tributos retidos | 117.621 | 193.095 |
| Outros | 236 | (841) |
| | 1.383.096 | 1.390.966 |

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|-------------|---------------|----------------|
| Servidões | 97.088 | – |
| Trabalhista | – | 135.038 |
| | 97.088 | 135.038 |

A movimentação das provisões prováveis está apresentada a seguir:

| | Trabalhista | Servidões | Total |
|--|----------------|---------------|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 135.038 | – | 135.038 |
| Adições e reversões, líquidas | (135.038) | 97.088 | (37.950) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | – | 97.088 | 97.088 |

Contingências possíveis (não provisionadas): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|-------------|-------------------|------------------|
| Trabalhista | – | 423.341 |
| Ambiental | 2.179.846 | 2.121.260 |
| Fiscal (i) | 19.378.736 | – |
| Cível | – | – |
| | 21.558.582 | 2.544.601 |

(i) Variação refere-se a processos novos da companhia iniciados ao longo de 2020.

15. IMPOSTOS DIFERIDOS

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Impostos diferidos passivos (i) | 15.722.121 | 17.016.300 |
| | 15.722.121 | 17.016.300 |

(i) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia

16. OUTROS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|-------------------------------|------------------|------------------|
| Outras provisões passivas (i) | 5.219.917 | 4.926.963 |
| Atualização monetária | 143.746 | 292.954 |
| | 5.363.663 | 5.219.917 |

(i) Saldo refere-se às atualizações monetárias dos pagamentos de benefícios dos funcionários expatriados.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 233.350.000, dividido em 233.350.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

| | 2020 e 2019 |
|-------------------------------------|-------------|
| State Grid Brazil Holding S.A. | 99,99% |
| International Grid Holdings Limited | 0,01% |
| | 100% |

b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. c) **Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receita operacional bruta | 25.302.960 | 27.250.322 |
| Receita de operação e manutenção | 15.361.773 | 14.799.475 |
| Remuneração do ativo contratual | 10.739.283 | 11.535.564 |
| Receita de construção | – | 459.084 |
| Ajustes de receitas variáveis (i) | (798.096) | 456.199 |
| Deduções da receita operacional | (2.729.851) | (2.699.767) |
| PIS (corrente e diferido) | (164.249) | (177.348) |
| COFINS (corrente e diferido) | (758.071) | (818.527) |
| RGR | (1.238.559) | (1.142.625) |
| P&D | (406.637) | (406.189) |
| TFSEE | (162.335) | (155.078) |
| | 22.573.109 | 24.550.555 |

(i) Valor refere-se à diferença entre a Rap do cálculo de ativo de contrato (projetado) e receita de AVC emitida pela ONS (realidade), que a Companhia ajusta mensalmente.

19. CUSTO DE CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--------------------------------|--------------------|---------------------|
| Pessoal | (5.435.486) | (5.738.086) |
| Material | (172.768) | (433.544) |
| Serviços de terceiros | (1.303.519) | (2.067.734) |
| Arrendamentos e aluguéis | (26.730) | (42.334) |
| Seguros | (114.000) | (117.736) |
| Tributos | (3.761) | (12.810) |
| Custo de operação e manutenção | 439.615 | (309.191) |
| Custo de construção | – | (459.084) |
| Comunicação e telecomunicação | (385.484) | (552.345) |
| Outros | (390.025) | (542.342) |
| | (7.392.158) | (10.275.206) |

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---------------------------------|--------------------|--------------------|
| Pessoal | (3.321.929) | (3.831.642) |
| Material | (81.790) | (66.008) |
| Serviços de terceiros | (428.010) | (483.813) |
| Arrendamentos e aluguéis | (94.624) | (90.502) |
| Provisão | 127.934 | (122.614) |
| (-) Recuperação de despesas (i) | – | 1.007.985 |
| Tributos | (2.213) | (6.695) |
| Depreciação e amortização | (14.389) | (15.532) |
| Outras | (322.284) | (338.335) |
| | (4.137.305) | (3.947.156) |

(i) Valor refere-se a ajuste de almoxarifado conforme inventário físico em 2019.

21. RESULTADO FINANCEIRO

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|----------------------|---------------------|
| Receita financeira | 40.584.080 | 38.898.862 |
| Receitas de aplicações financeiras | 444.249 | 1.228.236 |
| Variações cambiais ativas | 40.131.949 | 37.216.291 |
| Outras receitas financeiras | 7.882 | 454.335 |
| Despesa financeira | (103.573.113) | (60.233.260) |
| Variações cambiais passivas (i) | (90.871.091) | (46.016.324) |
| Juros sobre empréstimos - partes relacionadas | (12.195.686) | (14.131.623) |
| Outras despesas financeiras | (506.336) | (85.313) |
| | (62.989.033) | (21.334.398) |

(i) Variação refere-se substancialmente à variação cambial do empréstimo com a SGID devido a alta variação do câmbio.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

| Ativos mensurados pelo valor justo | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|-------------|-------------------|-------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 23.485.656 | 11.581.929 |
| Ativos mensurados pelo custo amortizado | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Contas a receber - partes relacionadas | 24 | 1.281.049 | 349.271 |
| Concessionárias e permissionárias | 6 | 4.858.795 | 4.434.148 |
| Passivos mensurados pelo custo amortizado | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Empréstimos - partes relacionadas | 11 | 225.800.695 | 175.171.175 |
| Fornecedores - terceiros | | 309.836 | 608.320 |
| Fornecedores - partes relacionadas | 24 | 1.650.902 | 1.017.642 |

22.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) **Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo. **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:** A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2020. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

| | 31/12/2020 | -5% | +5% |
|-------------|-------------|--------------|------------|
| Empréstimos | 225.800.695 | (11.290.035) | 11.290.034 |

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor-Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 21 de fevereiro de 2020, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria

d) **Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esse risco, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede brásica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

23. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO PRESUMIDO)

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|-------------------|--------------------|
| Receitas brutas | 44.499.042 | 27.250.322 |
| Base de cálculo (8%) | 3.559.923 | 2.180.026 |
| Outras receitas | 379.896 | 2.701.094 |
| Base de cálculo | 3.939.819 | 4.881.120 |
| IR devido | (978.955) | (1.530.992) |
| Ajuste de provisão IR referente a anos anteriores | (6.679) | – |
| (+) IR diferido/Outros | 384.600 | 334.034 |
| Total de IRPJ | (601.034) | (1.196.958) |
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Receitas brutas | 44.499.042 | 27.250.322 |
| Base de cálculo (12%) | 5.339.885 | 3.270.039 |
| Outras receitas | 379.896 | 2.701.094 |
| Base de cálculo | 5.719.781 | 5.971.133 |
| CSLL devida | (514.780) | (718.147) |
| Ajuste de provisão CSLL referente a anos anteriores | (8.884) | – |
| (+) CSLL diferido/Outros | 207.684 | 180.378 |
| Total de CSLL | (315.980) | (537.769) |
| Total de IRPJ/CSLL | (917.014) | (1.734.727) |

24. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|-------------------|-------------------|
| 24.1 Ativo: | | |
| Contas a receber - partes relacionadas | 1.281.049 | 349.271 |
| Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i) | 1.254.180 | 322.304 |
| Outros | 26.869 | 26.967 |
| 24.2 Passivo: | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Fornecedores - partes relacionadas | 1.650.902 | 1.017.642 |
| Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i) | 1.650.902 | 1.011.207 |
| Aluguel (ii) | – | 6.435 |
| Empréstimos com a SGID (nota explicativa 11) | 225.800.695 | 175.171.175 |
| 24.3 Resultado: | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Resultado - partes relacionadas | (13.901.083) | (14.206.414) |
| Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i) | (1.624.822) | (2.397.662) |
| Aluguel (ii) | (80.575) | (74.790) |
| Despesa de juros com empréstimos com a SGID (nota explicativa 21) | (12.195.686) | (14.131.623) |

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

25. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme: